

Medidas legais de 19 de julho de 2022

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
<p>Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Altera o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, para tornar dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o cumprimento da regulamentação do inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021”.</p> <p>Explicação: torna dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o cumprimento da regulamentação do inciso VII do art. 12 da Lei 14.133/2021, que dispõe que a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.</p>
<p>Portaria MRE nº 399, de 15 de julho de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Prorroga as atividades do Grupo de Trabalho (GT) para propor ações de adequação do Ministério das Relações Exteriores à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)”.</p> <p>Explicação: prorroga até 30 de outubro de 2022 as atividades do GT que irá propor ações de adequação do MRE à LGPD.</p>
<p>Instrução Normativa RFB nº 2.094, de 15 de julho de 2022</p> <p>DOU 1 Extra A de 18/07/2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb)”.</p> <p>Explicação: entre outros, estabelece que deverão ser prestadas, por meio da DCTFWeb, informações sobre os seguintes tributos: i) contribuições previdenciárias; ii) contribuições previdenciárias instituídas em substituição às contribuições incidentes sobre a folha de pagamento; iii) contribuições sociais destinadas, por lei, a terceiros; iv) IRPJ; v) IRRF; vi) CSLL; vii) Contribuição para o PIS/Pasep; e viii) Cofins. Ademais, define que não devem ser informados na DCTF os valores relativos ao IRRF incidente sobre valores pagos, a qualquer título, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, ou por suas autarquias e fundações, inclusive os valores pagos a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para o fornecimento de bens ou prestação de serviços.</p>
Ato de Pessoal	Objetivo
<p>Portaria CC/MME nº 835 de 18 de julho de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Nomear: Ricardo Marques Alves Pereira, para exercer o cargo de Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), DAS 101.6.</p>

<p>Portaria SE/ME nº 8.094 de 15 de julho de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Liziane Angelotti Meira</u>, para exercer o encargo de Presidente da 3ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF/ME), exonerando Rodrigo da Costa Possas do encargo.</p>
<p>Portaria SE/ME nº 8.099 de 15 de julho de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Vinicius Guimaraes</u>, para exercer o encargo de Presidente da 2ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, (CARF/ME), exonerando Liziane Angelotti Meira do encargo.</p>
<p>Portaria PR nº 30 de 18 de julho de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Abel Ferreira Lopes Filho</u>, para exercer o encargo de substituto eventual no cargo de Secretário da Secretaria de Modernização da Administração Federal da Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República (SEME/PR), DAS 101.6.</p>

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.